

Legislações Federais, Estaduais e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES – SP) acerca da Política de Arquivos, Gestão Documental e Acesso à Informação

- Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA e SubCADAs;
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
- Comitê Executivo do SPDoc;
- Programa SP Sem Papel;
- Demais servidores e colaboradores da Secretaria de Estado de Saúde;

Essa relação de Atos Normativos

- Constituição da República Federativa do Brasil:

Título VIII, Ordem Social [...]; Capítulo III; Da Educação, da Cultura e do Desporto [...]; Seção II; Da Cultura; Artigo 216.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão documental governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos dela necessitem;

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>

- Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, **que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm

- Lei Federal de Acesso (Lei de Acesso à Informação - LAI) nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, **que regula o disposto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º, do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm

- Lei Federal nº 12.682, de 09 de julho de 2012, **que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos – Art. 2º-A;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, **que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, **que institui a declaração de direitos de liberdade econômica – Arts. 3º e 10º;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm#:~:text=Art.,IV%20do%20caput%20do%20art.

- **Lei Estadual nº 14.470**, de 22 de junho de 2011 **que dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, na forma que especifica;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14470-22.06.2011.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20separa%C3%A7%C3%A3o%20dos,estadual%2C%20na%20forma%20que%20especifica>

- **Decreto Federal nº 10.278**, de 18 de março de 2020, **que regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;**

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>

- **Decreto Estadual nº 22.789**, de 19 de outubro de 1984, **que institui o sistema de arquivos do Estado de São Paulo – SAESP;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>

- **Decreto Estadual nº 48.897**, de 27 de agosto de 2004, **que dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, definem normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>

- **Decreto Estadual nº 58.052**, de 16 de maio de 2012, **que regulamenta a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações e dá outras providências;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>

- **Decreto Estadual nº 60.144**, de 11 de fevereiro de 2014, **que institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI e dá providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60144-11.02.2014.html>

- **Decreto Estadual nº 60.334**, de 03 de abril de 2014, **que aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60334-03.04.2014.pdf>

- **Decreto Estadual nº 61.559**, de 15 de outubro de 2015, **que dá nova redação a dispositivo do Decreto Estadual nº 58.052/2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527/2011, reportando-se ao acesso a informação e dá outras providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61559-15.10.2015.html>

- **Decreto Estadual nº 61.836**, de 18 de fevereiro de 2016, **que dispõe sobre a classificação de documentos, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública direta e indireta;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-61836-18.02.2016.html>

- **Decreto Estadual nº 63.382**, de 9 de maio de 2018, **que dispõe sobre atualização do PCTTD – Meio (instituído pelo anterior Decreto Estadual nº 48.898, de 27 de agosto de 2004);**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>

- **Decreto Estadual nº 63.936**, de 17 de dezembro de 2018, **que dispõe sobre a administração, operação e implantação progressiva do Sistema SPDoc e dá providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63936-17.12.2018.html>

- **Decreto Estadual nº 64.355**, de 31 de julho de 2019, **que institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital e dá providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64355-31.07.2019.html>

- **Decreto Estadual nº 64.790**, de 13 de fevereiro de 2020, **que institui a Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP, a Plataforma Única de Acesso – PUA e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64790-13.02.2020.html>

- **Decreto Estadual nº 65.347**, de 09 de dezembro de 2020, **que dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito do Estado de São Paulo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65347-09.12.2020.html>

- **Instrução Normativa nº APE/SAESP – 01**, de 10 de março de 2009, **que estabelecem diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao%20Normativa_10_3_2009.pdf

- **Instrução Normativa APE/SAESP - 2**, de 2 de dezembro de 2010, **que estabelece critérios para a avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para a eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE_SAESP_2_de%202002_de_dezembro_de_2010.pdf

- **Instrução Normativa APE/SAESP-3**, de 14-9-2015, **que estabelece critérios complementares à Instrução Normativa APE/SAESP-2, de 2-12-2010, para o recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado, visando a efetiva aplicação do Dec. Est. 60.145-2014**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE-SAESP-14-10-2015.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP 1**, de 4-12-2018, **que dispõe sobre diretrizes para a contratação de serviços arquivísticos visando à execução de atividades técnicas auxiliares.**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/104_Portaria_UAPESPSAESP_1_de_04_12_2018.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 3**, de 08 de outubro de 2020, **que substitui o anexo da Resolução SG – 57, de 30 de setembro de 2019, que aprova o “Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel”, define procedimentos e das providências correlatas. (Em 16 de outubro, na SEÇÃO I, p.11, OCORREU RETIFICAÇÃO DO DOE, da publicação do dia 09 de outubro de 2020);**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/PortariaUAPESPSAESP3_Manual_Orientacao_Uso_Ambiente_Digital_de_Gestao_Documental_v2_Site.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 5**, de 05 de agosto de 2021 **que orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual sobre a digitalização de documentos públicos, a gestão e a preservação de seus representantes digitais para que produzamos os mesmos efeitos legais de documentos originais;**

http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Agosto/06/exec1/pdf/pg_0008.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 8**, de 28 de março de 2022, **que altera a Portaria UAPESP/SAESP – 7, de 21 de janeiro de 2022 que orienta a destinação ao Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ de receitas decorrentes da alienação de aparas de papel e outros materiais resultantes da eliminação de documentos;**

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20UAPESPSAESP-%207%20de%2021.1.2022.pdf>

- **Portaria UAPESP/SAESP – 9**, de 18 de abril de 2022, que acrescenta o ANEXO II à Portaria UAPESP/SAESP – 1, de 04 de dezembro de 2018, com as especificações técnicas para contratação de serviços de digitalização de documentos públicos estaduais;

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_9_de_18_4_2022.pdf

- **Resolução SG – 57**, de 30 de setembro de 2019, **que aprova “Manual de orientação para uso do ambiente de gestão documental do Programa SP Sem Papel”**, define procedimentos e dá providências correlatas;

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/ResolucaoSG_Manual_SPSem_Papel.pdf

- **Resolução SS – 64**, de 08 de agosto de 2017, **que dispõe sobre classificação de documentos, dados e informações sigilosas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde;**

- **Resolução SS – 66**, de 20 de setembro de 2018, **que dispõe sobre a criação do Grupo Executivo do SPdoc - Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações na Secretaria de Estado da Saúde e dá providências correlatas;**

- **Resolução SS – 109**, de 25 de agosto de 2022, **que homologa a atualização do Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela – Fim da Secretaria de Estado de Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas;**

<https://saude.sp.gov.br/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2022-2/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-no-99-26-05-2022/>

- **Resolução SS – 112**, de 28 de julho de 2020, **que altera a Resolução SS – 88, de setembro de 2019, que dispõe sobre a implantação do “Sistema SP Sem Papel” no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde e dá providências correlatas;**

https://ses.sp.bvs.br/wp-content/uploads/2021/07/E_R-SS-112_280721.pdf

Publicações e referências bibliográficas:

“Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo”, São Paulo: Arquivo Público do Estado/Secretaria de Orçamento e Gestão, 2022, São Paulo, SP, 3ª edição, 404 pp.

Sites:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>

<https://www.imprensaoficial.com.br/#04/10/2019>